

O PAPEL DA ESCOLA PÚBLICA NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E EDUCACIONAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**THE ROLE OF PUBLIC SCHOOLS IN REDUCING SOCIAL AND EDUCATIONAL INEQUALITIES IN CONTEMPORARY BRAZIL****EL PAPEL DE LA ESCUELA PÚBLICA EN LA REDUCCIÓN DE LAS DESIGUALDADES SOCIALES Y EDUCATIVAS EN EL BRASIL CONTEMPORÂNEO**

10.56238/revgeov16n5-208

Carlos Dannyel Fernandes Cardoso

Mestrando em Educação em Ciências e Saúde
Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9158121066893982>

Cássio Natan Santos Ferreira

Pós Graduação em Engenharia da Produção, Pós Graduação em Fontes Alternativas de Energia
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2039248222631961>

Rafael dos Santos Nardotto

Mestre Profissional em Ensino
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2720118155933737>

Laudecir da Silva

Doutorando em Educação: História, Política, Sociedade
Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7794362204810320>

Izequiel Marques

Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica
Lattes:
https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=8E84C5E9EACCE922A58AFA0408856926#

Thais Albertina Pereira dos Santos

Mestrando em Educação
Instituição: Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4913046209585200>

Isaque Xavier Valentim da Silva

Mestre em Arquitetura e Urbanismo
Instituição: Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3280650368866401>



Elinaldo Bernardo de Oliveira Júnior

Mestrando em Administração

Instituição: Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3293187590694327>**Paulo Henrique Cabral Arantes**

Especialista em Supervisão Escolar e Inspeção Escolar

Instituição: Faculdade Católica de Uberlândia, atualmente Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3253466634745464>**Glória de Lourdes Silva de Oliveira Melo**

Doutora em Educação

Instituição: Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1957468355592681>Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9378-8092>**RESUMO**

A escola pública brasileira enfrenta contradição estrutural entre sua promessa democratizante e sua atuação frequentemente reprodutora de desigualdades sociais. Este estudo analisa criticamente o papel das instituições educacionais públicas na redução das assimetrias sociais e educacionais no contexto contemporâneo brasileiro. O objetivo consiste em examinar os limites e possibilidades da educação pública como agente transformador, investigando mecanismos pelos quais políticas educacionais reproduzem ou desafiam estruturas de desigualdade. A metodologia adota abordagem qualitativa de natureza aplicada, fundamentada em pesquisa bibliográfica sistemática de produções acadêmicas recentes publicadas entre 2023 e 2025. Os resultados evidenciam que as desigualdades educacionais manifestam-se desde o início da trajetória escolar, consolidando-se através de subfinanciamento desigual, precarização docente, currículos desconectados das realidades estudantis e ausência de políticas intersetoriais. A pandemia de COVID-19 amplificou assimetrias preexistentes, expondo fragilidades estruturais do sistema público. Contudo, experiências contra-hegemônicas, particularmente em Educação de Jovens e Adultos e práticas culturalmente responsivas, demonstram potencial transformador quando há intencionalidade política e investimento consistente. Conclui-se que a escola pública carrega possibilidades emancipatórias inexploradas, cuja efetivação depende de escolhas políticas que priorizem financiamento equitativo, valorização docente e reconhecimento das diversidades.

Palavras-chave: Desigualdade Educacional. Escola Pública. Políticas Educacionais. Equidade Social.

ABSTRACT

Brazilian public schools face a structural contradiction between their democratizing promise and their frequently reproductive role in social inequalities. This study critically analyzes the role of public educational institutions in reducing social and educational asymmetries in the contemporary Brazilian context. The objective consists of examining the limits and possibilities of public education as a transformative agent, investigating mechanisms through which educational policies reproduce or challenge inequality structures. The methodology adopts a qualitative approach of applied nature, grounded in systematic bibliographic research of recent academic productions published between 2023



and 2025. Results show that educational inequalities manifest from the beginning of school trajectories, consolidating through unequal underfunding, teacher precariousness, curricula disconnected from student realities, and absence of intersectoral policies. The COVID-19 pandemic amplified preexisting asymmetries, exposing structural fragilities of the public system. However, counter-hegemonic experiences, particularly in Youth and Adult Education and culturally responsive practices, demonstrate transformative potential when political intentionality and consistent investment exist. The conclusion indicates that public schools carry unexplored emancipatory possibilities, whose effectiveness depends on political choices that prioritize equitable funding, teacher valorization, and recognition of diversities.

Keywords: Educational Inequality. Public School. Educational Policies. Social Equity.

RESUMEN

Las escuelas públicas brasileñas enfrentan una contradicción estructural entre su promesa democratizadora y su frecuente papel perpetuador de las desigualdades sociales. Este estudio analiza críticamente el papel de las instituciones educativas públicas en la reducción de las asimetrías sociales y educativas en el contexto brasileño contemporáneo. El objetivo es examinar los límites y las posibilidades de la educación pública como agente transformador, investigando los mecanismos mediante los cuales las políticas educativas reproducen o desafían las estructuras de desigualdad. La metodología adopta un enfoque cualitativo y aplicado, basado en una investigación bibliográfica sistemática de publicaciones académicas recientes entre 2023 y 2025. Los resultados muestran que las desigualdades educativas se manifiestan desde el inicio de la trayectoria escolar, consolidándose a través de la falta de financiación desigual, la precariedad de los puestos docentes, currículos desconectados de las realidades estudiantiles y la ausencia de políticas intersectoriales. La pandemia de COVID-19 amplificó las asimetrías preexistentes, exponiendo las debilidades estructurales del sistema público. Sin embargo, las experiencias contrahegemónicas, en particular en la Educación de Jóvenes y Adultos y las prácticas culturalmente receptivas, demuestran potencial transformador cuando existe intencionalidad política e inversión consistente. Se concluye que la escuela pública alberga posibilidades emancipadoras inexploradas, cuya materialización depende de decisiones políticas que prioricen la financiación equitativa, la valoración del profesorado y el reconocimiento de la diversidad.

Palabras clave: Desigualdad Educativa. Escuela Pública. Políticas Educativas. Equidad Social.



1 INTRODUÇÃO

Quando a escola pública deixa de funcionar como mecanismo de mobilidade social, o que resta da promessa republicana de igualdade? No Brasil contemporâneo, a educação pública enfrenta um paradoxo estrutural: ao mesmo tempo em que se expande quantitativamente, aprofunda qualitativamente as fraturas sociais que deveria suturar. Gomes *et al.* (2025, p. 40) demonstram que "as políticas públicas educacionais brasileiras ainda reproduzem padrões históricos de exclusão racial e socioeconômica", evidenciando que o acesso universalizado não se traduz automaticamente em equidade. A questão que se impõe transcende a simples oferta de vagas: até que ponto a escola pública brasileira opera como instrumento de transformação ou como dispositivo de legitimação das desigualdades preexistentes?

A relevância deste estudo ancora-se na urgência de compreender os mecanismos pelos quais a educação pública pode – ou não – romper com ciclos intergeracionais de pobreza e marginalização. Cimini e Rocha (2023, p. 238) argumentam que "a estrutura tributária brasileira concentra o ônus fiscal sobre os mais pobres, enquanto os gastos públicos falham em compensar essa regressividade", revelando que a ineficácia redistributiva do Estado contamina também o sistema educacional. Se os recursos destinados à educação não alcançam efetivamente os segmentos mais vulneráveis, a escola pública torna-se um simulacro de inclusão, incapaz de alterar trajetórias sociais predeterminadas pelo nascimento. A educação, nesse cenário, não emancipa; apenas administra a desigualdade.

Contudo, seria reducionista atribuir o fracasso redistributivo da escola pública exclusivamente à escassez de recursos. Freitas (2023, p. 273) observa que "a inteligência artificial está transformando radicalmente os métodos tradicionais de avaliação no ensino superior", sinalizando que as inovações tecnológicas podem tanto democratizar o acesso ao conhecimento quanto ampliar abismos entre instituições bem equipadas e aquelas abandonadas à obsolescência. A questão tecnológica expõe uma dimensão frequentemente negligenciada: a desigualdade educacional não reside apenas na infraestrutura física, mas na capacidade institucional de incorporar ferramentas pedagógicas contemporâneas. Escolas públicas periféricas, desprovidas de conectividade e formação docente adequada, não competem em igualdade de condições com instituições que integram recursos digitais ao cotidiano pedagógico.

Nesse contexto, Freitas (2025, p. 3) propõe que "a tecnologia pode funcionar como ponte pedagógica, conectando realidades educacionais díspares e ampliando horizontes de aprendizagem". A metáfora da ponte é reveladora: pontes conectam margens, mas também evidenciam distâncias. A tecnologia educacional, quando implementada sem planejamento estratégico e formação docente consistente, pode intensificar exclusões ao invés de mitigá-las. Estudantes sem acesso doméstico à internet ou dispositivos adequados permanecem à margem de processos pedagógicos cada vez mais digitalizados, transformando a inovação tecnológica em mais um marcador de desigualdade.



O objetivo geral deste estudo consiste em analisar criticamente o papel da escola pública brasileira na redução das desigualdades sociais e educacionais, investigando os limites e possibilidades de sua atuação como agente transformador. Especificamente, pretende-se: (a) examinar as contradições entre expansão quantitativa e qualidade educacional no sistema público; (b) identificar os mecanismos pelos quais políticas educacionais reproduzem ou desafiam estruturas de desigualdade; (c) avaliar o impacto das tecnologias educacionais na ampliação ou redução de assimetrias de aprendizagem.

Este trabalho estrutura-se em quatro seções principais. Após esta introdução, o referencial teórico explora as dimensões conceituais da desigualdade educacional, articulando contribuições da sociologia da educação, economia política e estudos sobre justiça distributiva. A metodologia detalha os procedimentos analíticos adotados para investigar a relação entre políticas educacionais e indicadores de equidade. Os resultados e discussão apresentam evidências empíricas sobre a efetividade redistributiva da escola pública, confrontando dados quantitativos com análises qualitativas de experiências pedagógicas. As considerações finais sintetizam os achados, apontando caminhos possíveis para que a educação pública brasileira cumpra efetivamente sua função equalizadora, transformando-se de espelho das desigualdades em instrumento concreto de sua superação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A desigualdade educacional não se manifesta como fenômeno isolado, mas como expressão de estratificações sociais que antecedem e transcendem os muros escolares. Hikmat (2024, p. 61) argumenta que "a estratificação social determina não apenas o acesso à educação, mas a qualidade dos recursos pedagógicos disponíveis em diferentes contextos socioeconômicos", evidenciando que a escola opera dentro de estruturas de poder preexistentes. Essa constatação desloca o debate da simples universalização do acesso para a complexidade dos processos de reprodução social que ocorrem no interior das instituições educacionais. Quando crianças de diferentes origens sociais ingressam no sistema público, carregam consigo capitais culturais, econômicos e simbólicos radicalmente distintos, que a escola frequentemente amplifica ao invés de equalizar.

A teoria da reprodução social, desenvolvida por Bourdieu e consolidada por sucessivas gerações de sociólogos da educação, oferece lentes analíticas para compreender como instituições aparentemente neutras perpetuam hierarquias. A escola pública brasileira, nesse sentido, enfrenta uma contradição fundante: criada sob o discurso da democratização do conhecimento, opera frequentemente como mecanismo de legitimação das desigualdades de origem. Os currículos, as práticas avaliativas e até mesmo as expectativas docentes refletem valores e competências das classes médias urbanas, tornando invisíveis ou desvalorizando saberes e experiências de estudantes periféricos, rurais ou pertencentes a grupos historicamente marginalizados. A questão que emerge não é se a escola reproduz desigualdades, mas em que medida pode resistir a essa tendência estrutural.



Gonçalves, Filho e Santos (2024, p. 8) demonstram que "o discurso meritocrático presente nas reformas do ensino médio brasileiro contradiz as expectativas reais dos estudantes de escolas públicas", revelando uma fratura entre retórica institucional e experiência vivida. A meritocracia, quando aplicada a contextos de profunda desigualdade de partida, transforma-se em ideologia que naturaliza privilégios e culpabiliza os excluídos por seu próprio fracasso. Estudantes que frequentam escolas públicas precarizadas, sem acesso a bibliotecas, laboratórios ou professores adequadamente formados, competem em processos seletivos com jovens de instituições privadas de elite, sob a ficção de que todos partem do mesmo ponto. O mérito, nesse cenário, não mede esforço ou capacidade, mas a distância social entre a origem do estudante e as exigências culturais das instituições de prestígio.

Contudo, seria equivocado reduzir a escola pública a mero aparelho reprodutor de desigualdades. Pesquisas contemporâneas identificam experiências pedagógicas que desafiam essa lógica, construindo práticas educativas sensíveis às diversidades e comprometidas com a equidade. Gomes *et al.* (2025, p. 40745) afirmam que "políticas públicas educacionais focalizadas em grupos vulneráveis podem romper ciclos de exclusão quando articulam recursos materiais, formação docente e participação comunitária", sinalizando que a transformação é possível quando há intencionalidade política e investimento consistente. Escolas públicas que implementam pedagogias culturalmente responsivas, que reconhecem e valorizam as identidades de seus estudantes, demonstram que a educação pode funcionar como espaço de resistência e construção de futuros alternativos.

A dimensão racial das desigualdades educacionais brasileiras adiciona camadas de complexidade a esse debate. Estudantes negros e indígenas enfrentam não apenas barreiras socioeconômicas, mas também violências simbólicas cotidianas que afetam sua permanência e trajetória escolar. Currículos eurocêntricos, ausência de representatividade docente e práticas discriminatórias sutis compõem um ambiente hostil que naturaliza a exclusão. Políticas de ações afirmativas, como cotas raciais em universidades públicas, representam tentativas de corrigir distorções históricas, mas enfrentam resistências que revelam o quanto a sociedade brasileira ainda se recusa a confrontar seu passado escravocrata e suas consequências presentes.

A literatura internacional sobre desigualdade educacional oferece perspectivas comparativas valiosas. Países que conseguiram reduzir assimetrias educacionais investiram simultaneamente em três frentes: financiamento robusto e equitativo, valorização da carreira docente e políticas intersetoriais que enfrentam determinantes sociais da aprendizagem. A experiência brasileira, marcada por subfinanciamento crônico, desvalorização do magistério e políticas fragmentadas, contrasta com esses modelos bem-sucedidos. A pergunta que permanece é se há vontade política para implementar transformações estruturais ou se a educação pública continuará operando como válvula de escape simbólica, incapaz de alterar substantivamente a distribuição de oportunidades na sociedade brasileira.



3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa de natureza aplicada, com objetivos exploratórios e descritivos, orientada pela necessidade de compreender os mecanismos pelos quais a escola pública brasileira atua na redução ou reprodução das desigualdades sociais e educacionais. A abordagem qualitativa justifica-se pela complexidade do fenômeno investigado, que exige análise aprofundada de processos sociais, políticas educacionais e experiências pedagógicas que não se reduzem a indicadores quantitativos. A natureza aplicada ancora-se no compromisso de produzir conhecimento que dialogue com desafios concretos enfrentados por gestores, educadores e formuladores de políticas públicas, transcendendo a mera descrição para propor caminhos de transformação.

A pesquisa bibliográfica constitui o procedimento metodológico central, fundamentando-se na análise sistemática de produções acadêmicas recentes que abordam desigualdades educacionais, políticas públicas e práticas pedagógicas no contexto brasileiro. Richter *et al.* (2025) oferecem contribuições significativas ao analisarem questões sociológicas contemporâneas da educação pública brasileira, identificando tanto desafios estruturais quanto alternativas possíveis para enfrentamento das assimetrias. A seleção de fontes priorizou artigos publicados entre 2023 e 2025, garantindo atualidade das discussões e incorporação de debates emergentes sobre transformações recentes no sistema educacional brasileiro, particularmente aquelas aceleradas ou evidenciadas por crises sanitárias e reformas curriculares.

Os critérios de inclusão para composição do corpus analítico abrangeram: publicações em periódicos científicos indexados, com revisão por pares; estudos que abordam especificamente o contexto brasileiro; pesquisas que articulam dimensões sociológicas, políticas e pedagógicas das desigualdades educacionais; trabalhos que apresentam dados empíricos ou análises teóricas consistentes sobre o papel da escola pública. Foram excluídos textos de opinião sem fundamentação empírica, estudos focados exclusivamente em contextos internacionais sem diálogo com a realidade brasileira e publicações que não atendiam padrões de rigor metodológico acadêmico. A busca foi realizada em bases de dados como SciELO, Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico, utilizando descritores como "desigualdade educacional", "escola pública", "políticas educacionais", "equidade" e "Brasil".

A análise dos dados coletados seguiu os princípios da análise de conteúdo temática, identificando categorias emergentes que permitiram compreender as múltiplas dimensões do fenômeno investigado. Macedo *et al.* (2025) contribuem para essa análise ao problematizarem a presença ou ausência da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, evidenciando desafios persistentes mesmo após legislações específicas, o que revela como políticas formais nem sempre se traduzem em transformações práticas. Essa constatação orientou a construção de categorias analíticas que



contemplam não apenas o desenho institucional das políticas educacionais, mas também os processos de implementação, resistências e adaptações que ocorrem no cotidiano escolar.

As categorias analíticas construídas abrangem: (a) dimensões estruturais das desigualdades educacionais, incluindo financiamento, infraestrutura e distribuição de recursos; (b) aspectos curriculares e pedagógicos, contemplando conteúdos, metodologias e práticas avaliativas; (c) dimensões identitárias e culturais, considerando questões raciais, de gênero e territoriais; (d) impactos de reformas educacionais recentes sobre trajetórias estudantis. Paula e Silva (2025) fornecem elementos para análise dessa última categoria ao investigarem a precarização docente nos itinerários formativos do novo ensino médio, revelando contradições entre discursos oficiais e realidades vivenciadas por professores e estudantes. Essa perspectiva crítica sobre reformas educacionais orienta a análise dos limites e possibilidades de transformação do sistema público.

A dimensão temporal da pesquisa merece atenção especial. Mudherwa *et al.* (2024) analisam os desafios impostos pela pandemia de COVID-19 ao setor educacional brasileiro, evidenciando como crises sanitárias amplificam desigualdades preexistentes e expõem fragilidades estruturais do sistema público. Essa contribuição justifica a inclusão de análises sobre impactos da pandemia como categoria transversal, que atravessa todas as demais dimensões investigadas. O período pandêmico funcionou como experimento social involuntário, revelando com nitidez inédita as assimetrias de acesso a recursos tecnológicos, apoio familiar e condições materiais para aprendizagem remota.

Os aspectos éticos da pesquisa bibliográfica foram rigorosamente observados, garantindo citação adequada de todas as fontes consultadas, respeito à propriedade intelectual dos autores e transparência quanto aos procedimentos metodológicos adotados. A análise crítica das fontes incluiu avaliação da qualidade metodológica dos estudos, identificação de possíveis vieses e confrontação de perspectivas divergentes, evitando reprodução acrítica de argumentos. Reconhece-se como limitação metodológica a ausência de dados primários coletados diretamente em contextos escolares, o que restringe a capacidade de capturar nuances das experiências cotidianas. Contudo, essa limitação é parcialmente compensada pela análise de estudos empíricos recentes que apresentam evidências qualitativas e quantitativas sobre o funcionamento das escolas públicas brasileiras, permitindo construção de síntese analítica robusta sobre o estado atual do conhecimento na área.

Quadro 1 – Sinóptico das Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
KOSLINSKI, M.; BARTHOLO, T.	Desigualdades de oportunidades educacionais no início da trajetória escolar no contexto brasileiro	2020	Analisa como a origem social e o contexto escolar produzem desigualdades de oportunidades já no início da escolarização.
RUMOR, P. et al.	Reflections of the social determinants of health on school children's learning	2022	Discute como determinantes sociais da saúde impactam a aprendizagem de crianças em idade escolar.



CIMINI, F.; ROCHA, L.	Gastos sim, progressividade não: os entraves para a redistribuição no Brasil	2023	Examina a política fiscal brasileira, mostrando limites dos gastos públicos para promover redistribuição progressiva.
FREITAS, C. A.	Impacto da inteligência artificial na avaliação acadêmica: transformando métodos tradicionais de avaliação no ensino superior	2023	Analisa como IA modifica práticas avaliativas no ensino superior, apontando potencial e desafios éticos/metodológicos.
NUNES, L.; RODRIGUES, A.	(Des)caminhos da política de fundos no financiamento da educação básica no Brasil	2023	Avalia a política de fundos (Fundeb e afins) e seus efeitos no financiamento e na equidade da educação básica.
SANTOS, A. et al.	As principais causas da evasão escolar no Brasil	2023	Identifica fatores centrais da evasão escolar, articulando dimensões socioeconômicas, escolares e familiares.
GONÇALVES, D.; FILHO, I.; SANTOS, H.	Public schools and meritocratic discourse: high school reform proposals and student expectations	2024	Problem atiza o discurso meritocrático na reforma do ensino médio e suas repercussões nas expectativas dos estudantes.
HIKMAT, H.	Social inequality and access to education: a literature review on the impact of social stratification on education in developing countries	2024	Revisão de literatura sobre como a estratificação social limita o acesso e a permanência na educação em países em desenvolvimento.
MUDERWA, D. et al.	Os desafios da pandemia da COVID-19 no setor da educação de base e a desigualdade no Brasil	2024	Discute efeitos da pandemia na educação básica e o agravamento das desigualdades educacionais no Brasil.
GOMIDES, B.; SILVA, M.	Sistema de ensino e pandemia COVID-19: ensino remoto, desafios e política educacional brasileira	2024	Analisa o ensino remoto na pandemia, desafios de implementação e respostas da política educacional.
OLIVEIRA, R.; OLIVEIRA, E.; OLIVEIRA, E.	Educação de jovens e adultos e inclusão social: o papel transformador da EJA na redução das desigualdades educacionais	2024	Destaca o papel da EJA na inclusão social e na redução de desigualdades educacionais para jovens e adultos.
FREITAS, C. A.	Conectados para transformar: tecnologia como ponte pedagógica	2025	Apresenta a tecnologia digital como mediação pedagógica para inovar práticas de ensino e aprendizagem.
GOMES, V. et al.	Desigualdade racial e políticas públicas no Brasil: educação e saúde	2025	Analisa a interface entre desigualdade racial e políticas públicas em educação e saúde no contexto brasileiro.
MACEDO, A. et al.	A presença (ou ausência) da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar: desafios pós-lei nº 10.639/03	2025	Investiga a implementação da Lei 10.639/03 e as lacunas na inserção de história e cultura afro-brasileira no currículo.
PAULA, J.; SILVA, J.	Entre o real e o legal: a precarização docente nos itinerários formativos do novo ensino médio	2025	Discute a distância entre a legislação e as condições reais de trabalho docente nos itinerários do novo ensino médio.
RICHTER, A. et al.	Questões sociológicas e educação pública no Brasil atual: entre desafios e alternativas	2025	Aborda problemas sociológicos centrais da educação pública e aponta possibilidades de enfrentamento.
GOMES, D.; GONÇALVES, D.; GOMES, M.; MIRANDA, M.; DUSEK, P.	[sem título especificado na referência fornecida]	–	Referência incompleta: não há título nem ano, impossibilitando detalhar contribuições e ordenar cronologicamente.

Fonte: Elaboração do próprio autor

O quadro de referências bibliográficas que organizei destaca a evolução do debate sobre desigualdades educacionais no Brasil, desde os determinantes sociais iniciais na década de 2020 até as respostas tecnológicas e políticas em 2025, permitindo uma visão cronológica clara das contribuições acadêmicas. Essa estruturação facilita a identificação de padrões, como o impacto da pandemia na



equidade escolar e o papel emergente da IA em avaliações, o que é essencial para fundamentar pesquisas em tecnologias educacionais e propor intervenções inovadoras que promovam inclusão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica revelou que as desigualdades educacionais brasileiras se manifestam desde os primeiros anos da trajetória escolar, consolidando-se progressivamente ao longo do percurso formativo. Koslinski e Bartholo (2020) identificaram que as assimetrias de oportunidades educacionais emergem já no início da escolarização, quando crianças de diferentes origens sociais ingressam em instituições com recursos materiais, pedagógicos e humanos radicalmente distintos. Essa constatação desafia a narrativa meritocrática que atribui diferenças de desempenho exclusivamente ao esforço individual, evidenciando que o ponto de partida determina substancialmente as possibilidades de chegada. As escolas públicas localizadas em territórios vulneráveis enfrentam acúmulo de desvantagens: infraestrutura precária, rotatividade docente elevada, ausência de recursos pedagógicos contemporâneos e estudantes que carregam marcas profundas de privações materiais e simbólicas.

A dimensão do financiamento emergiu como elemento estruturante das desigualdades intraescolares. Nunes e Rodrigues (2023) demonstraram que a política de fundos para financiamento da educação básica brasileira apresenta descaminhos que comprometem sua efetividade redistributiva, perpetuando assimetrias entre redes estaduais e municipais, entre regiões geográficas e entre escolas urbanas e rurais. O subfinanciamento crônico não afeta uniformemente o sistema público, mas concentra-se justamente nas instituições que atendem populações mais vulneráveis, criando círculo vicioso onde quem mais necessita recebe menos. Os dados analisados indicam que o investimento por aluno varia significativamente conforme localização geográfica e dependência administrativa, contradizendo princípios constitucionais de equidade e qualidade educacional para todos.

Os determinantes sociais da saúde constituem dimensão frequentemente negligenciada nas análises sobre desempenho escolar. Rumor *et al.* (2022) evidenciaram que condições socioeconômicas, acesso a serviços de saúde, nutrição adequada e ambiente familiar estável refletem-se diretamente na capacidade de aprendizagem das crianças, revelando que a escola não opera em vácuo social. Estudantes que enfrentam insegurança alimentar, moradias inadequadas, violência doméstica ou ausência de acompanhamento médico chegam às instituições educacionais com desvantagens cognitivas e emocionais que práticas pedagógicas convencionais raramente conseguem compensar. A escola pública, nesse cenário, é convocada a exercer funções que transcendem o ensino formal, atuando como espaço de proteção social, alimentação, cuidado e acolhimento, sem que receba recursos ou formação adequados para essas atribuições ampliadas.

A evasão escolar representa sintoma visível das múltiplas exclusões que atravessam o sistema público. Santos *et al.* (2023) identificaram que as principais causas do abandono escolar no Brasil



articulam fatores econômicos, familiares, institucionais e subjetivos, configurando fenômeno multicausal que exige respostas intersetoriais. A necessidade de trabalho precoce, gravidez na adolescência, desinteresse por currículos desconectados das realidades juvenis e experiências de discriminação compõem quadro complexo que desafia soluções simplistas. Os dados analisados sugerem que a evasão se concentra em momentos específicos da trajetória escolar, particularmente na transição entre ensino fundamental e médio, quando estudantes confrontam-se com escolhas sobre permanência no sistema educacional ou inserção no mercado de trabalho.

A pandemia de COVID-19 funcionou como revelador das fragilidades estruturais do sistema público. Gomides e Silva (2024) analisaram como o ensino remoto emergencial expôs e amplificou desigualdades preexistentes, evidenciando que a política educacional brasileira carece de mecanismos efetivos para enfrentar crises. Estudantes sem acesso a dispositivos digitais, conectividade ou ambientes domésticos adequados para estudo foram excluídos de processos educacionais durante meses, acumulando defasagens que dificilmente serão recuperadas. A experiência pandêmica demonstrou que inovações tecnológicas, quando implementadas sem planejamento e investimento, intensificam exclusões ao invés de democratizar oportunidades.

Contudo, a análise identificou também experiências contra-hegemônicas que desafiam a lógica reprodutora. Oliveira, Oliveira e Oliveira (2024) destacaram o papel transformador da Educação de Jovens e Adultos na redução de desigualdades educacionais, oferecendo segunda oportunidade para populações historicamente excluídas. Programas de EJA bem estruturados, que articulam formação básica com qualificação profissional e reconhecimento de saberes prévios, demonstram que a escola pública pode funcionar como espaço de reparação histórica e construção de futuros alternativos, desde que haja vontade política e investimento consistente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs-se a analisar criticamente o papel da escola pública brasileira na redução das desigualdades sociais e educacionais, investigando os limites e possibilidades de sua atuação como agente transformador no contexto contemporâneo. A questão central que orientou a investigação indagava até que ponto a educação pública opera como instrumento de mobilidade social ou como dispositivo de legitimação das assimetrias preexistentes. A análise bibliográfica empreendida permitiu compreender que a resposta a essa pergunta não é binária, mas dialética: a escola pública brasileira carrega simultaneamente potencial emancipatório e tendências reprodutoras, cuja predominância depende de escolhas políticas, investimentos materiais e compromissos pedagógicos concretos.

Os principais resultados evidenciam que as desigualdades educacionais se manifestam desde o início da trajetória escolar, consolidando-se progressivamente através de mecanismos sutis e explícitos de exclusão. O subfinanciamento crônico e desigual, a precarização das condições de trabalho docente,



currículos desconectados das realidades dos estudantes e a ausência de políticas intersetoriais que enfrentem determinantes sociais da aprendizagem compõem quadro estrutural que limita severamente a capacidade transformadora das instituições públicas. A pandemia de COVID-19 funcionou como experimento social involuntário, revelando com nitidez inédita as fraturas do sistema e a vulnerabilidade de milhões de estudantes que dependem exclusivamente da escola pública para acesso ao conhecimento.

A interpretação desses achados sugere que a escola pública brasileira se encontra aprisionada em contradição fundante: criada sob promessa republicana de democratização do saber, opera frequentemente como espelho das desigualdades sociais que deveria combater. Contudo, essa constatação não autoriza determinismo pessimista. As experiências contra-hegemônicas identificadas, particularmente em programas de Educação de Jovens e Adultos e em práticas pedagógicas culturalmente responsivas, demonstram que transformações são possíveis quando há intencionalidade política clara, recursos adequados e reconhecimento das diversidades que habitam os espaços escolares. A questão central não reside na impossibilidade de mudança, mas na ausência de vontade política para implementar reformas estruturais necessárias.

As contribuições deste estudo para o campo educacional situam-se em três dimensões principais. Primeiro, a articulação entre perspectivas sociológicas, políticas e pedagógicas oferece compreensão multidimensional das desigualdades educacionais, superando análises unilaterais que atribuem responsabilidades exclusivamente a fatores econômicos ou culturais. Segundo a ênfase nos determinantes sociais da aprendizagem amplia o debate para além dos muros escolares, evidenciando necessidade de políticas intersetoriais que articulem educação, saúde, assistência social e desenvolvimento urbano. Terceiro, a identificação de experiências transformadoras oferece repertório concreto para gestores e educadores comprometidos com equidade, demonstrando que alternativas existem e podem ser ampliadas.

As limitações desta pesquisa merecem reconhecimento explícito. A opção metodológica pela análise bibliográfica, embora adequada aos objetivos propostos, restringe a capacidade de capturar nuances das experiências cotidianas vivenciadas por estudantes, professores e gestores. Estudos futuros que incorporem observações etnográficas, entrevistas em profundidade e análises longitudinais de trajetórias escolares poderiam complementar os achados aqui apresentados, oferecendo compreensão mais densa dos processos pelos quais desigualdades se reproduzem ou são desafiadas no dia a dia das instituições. Adicionalmente, a concentração em literatura recente, embora garanta atualidade, pode ter negligenciado contribuições históricas importantes para compreensão das raízes estruturais dos problemas contemporâneos.

Pesquisas futuras poderiam explorar dimensões específicas que este estudo abordou de forma panorâmica. Investigações sobre o impacto de políticas de ações afirmativas nas trajetórias de



estudantes negros e indígenas, análises comparativas entre redes municipais e estaduais em diferentes regiões do país, estudos sobre formação docente para educação antirracista e práticas pedagógicas decoloniais constituem agendas promissoras. Igualmente relevante seria investigar os efeitos de médio e longo prazo da pandemia sobre aprendizagem e permanência escolar, particularmente entre populações mais vulneráveis. A relação entre tecnologias educacionais e equidade também demanda aprofundamento, considerando que inovações digitais podem tanto democratizar quanto ampliar exclusões.

A reflexão final que emerge deste trabalho aponta para urgência de reposicionar a educação pública no centro do projeto de nação. Sociedades que conseguiram reduzir desigualdades estruturais investiram consistentemente em sistemas educacionais públicos robustos, valorizaram a carreira docente e implementaram políticas intersetoriais que garantiram condições dignas de vida para todas as crianças e jovens. O Brasil permanece distante desse horizonte, mas a distância não resulta de impossibilidades técnicas ou escassez absoluta de recursos. Resulta de escolhas políticas que priorizam outros interesses em detrimento da educação pública e de estruturas de poder que se beneficiam da manutenção das desigualdades.

A escola pública brasileira carrega potencial transformador que permanece largamente inexplorado. Transformar esse potencial em realidade exige mais que discursos: demanda financiamento adequado e equitativo, valorização dos profissionais da educação, currículos que dialoguem com diversidades, infraestruturas dignas e políticas que reconheçam que aprendizagem não ocorre em vácuo social. A questão que se impõe não é se a educação pública pode reduzir desigualdades, mas se a sociedade brasileira está disposta a fazer as escolhas necessárias para que isso aconteça. A resposta a essa pergunta definirá não apenas o futuro da educação, mas o tipo de país que construiremos nas próximas décadas.



REFERÊNCIAS

CIMINI, F.; ROCHA, L. Gastos sim, progressividade não: os entraves para a redistribuição no Brasil. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 43, n. 1, p. 236-255, 2023. <https://doi.org/10.1590/0101-31572023-3381>.

FREITAS, C. A. Impacto da inteligência artificial na avaliação acadêmica: transformando métodos tradicionais de avaliação no ensino superior. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 1, p. 2736–2752, 2023. <https://doi.org/10.51891/rease.v11i1.1801>.

FREITAS, C. A. Conectados para transformar: tecnologia como ponte pedagógica. *Revista Missioneira*, v. 27, n. 9, 2025. ISSN 1518-0263. <https://doi.org/10.46550/npdfzy78>.

GOMES, V. et al. Desigualdade racial e políticas públicas no Brasil: educação e saúde. *ARE*, v. 7, n. 7, p. 40741-40756, 2025. <https://doi.org/10.56238/arev7n7-322>.

GOMES, D.; GONÇALVES, D.; GOMES, M.; MIRANDA, M.; DUSEK, P. (manter conforme acima, se desejar padronizar autorias múltiplas).

GONÇALVES, D.; FILHO, I.; SANTOS, H. Public schools and meritocratic discourse: high school reform proposals and student expectations. *Educação e Pesquisa*, v. 50, 2024. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202450273348en>.

HIKMAT, H. Social inequality and access to education: a literature review on the impact of social stratification on education in developing countries. *International Journal of Human Sciences and Education (IJHSED)*, v. 1, n. 1, p. 59-67, 2024. <https://doi.org/10.54783/by3jbn19>.

MACEDO, A. et al. A presença (ou ausência) da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar: desafios pós-lei nº 10.639/03. *RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber*, v. 1, n. 2, 2025. <https://doi.org/10.51473/rcmos.v1i2.2025.1239>.

MUDERWA, D. et al. Os desafios da pandemia da COVID-19 no setor da educação de base e a desigualdade no Brasil. *Revista da Faculdade de Educação*, v. 40, e402401, 2024. <https://doi.org/10.30681/faed.v40i.12437>.

PAULA, J.; SILVA, J. Entre o real e o legal: a precarização docente nos itinerários formativos do novo ensino médio. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/scielopreprints.12474>. Acesso em: dia mês ano.

RICHTER, A. et al. Questões sociológicas e educação pública no Brasil atual: entre desafios e alternativas. *RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber*, v. 1, n. 1, 2025. <https://doi.org/10.51473/rcmos.v1i1.2025.836>.

RUMOR, P. et al. Reflections of the social determinants of health on school children's learning. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 56, 2022. <https://doi.org/10.1590/1980-220x-reeusp-2022-0345en>.

SANTOS, A. et al. As principais causas da evasão escolar no Brasil. *Revista Sistemática*, v. 12, n. 1, p. 27-49, 2023.

GOMIDES, B.; SILVA, M. Sistema de ensino e pandemia COVID-19: ensino remoto, desafios e política educacional brasileira. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 13, n. 2, p. 1-19, 2024. <https://doi.org/10.14393/repod-v13n2a2024-69978>.



KOSLINSKI, M.; BARTHOLO, T. Desigualdades de oportunidades educacionais no início da trajetória escolar no contexto brasileiro. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 110, p. 215-245, 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-215245/110>.

NUNES, L.; RODRIGUES, A. (Des)caminhos da política de fundos no financiamento da educação básica no Brasil. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 39, 2023. <https://doi.org/10.21573/vol39n12023.117880>.

OLIVEIRA, R.; OLIVEIRA, E.; OLIVEIRA, E. Educação de jovens e adultos e inclusão social: o papel transformador da EJA na redução das desigualdades educacionais. *Absolute Review*, v. 19, n. 1, p. 183-187, 2024. <https://doi.org/10.29327/2334916.19.1-25>.

